

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós - graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 30 Novembro de 2008**

**Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto É Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

## Índice

<b>2 mil sem-terra ocupam fazenda no Paraná</b> – Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Nacional – 05/11/2008 .....	4
<b>Sem-terra de MS dizem que só saem do Incra em 2009</b> – João Naves de Oliveira – Estado de São Paulo – Nacional – 07/11/2008.....	4
<b>MST é despejado de fazenda de Beira-Mar no Pará</b> – Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 08/11/2008 .....	5
<b>MST denuncia na OEA a repressão aos movimentos no RS</b> – Globo Rural - 2008.....	6
<b>Novo modelo</b> – Rolf Hackbart – O Globo – Opinião – 10/11/2008 .....	7
<b>MST invade Secretaria de Justiça de SP</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 11/11/2008 .....	8
Stedile vê que governo abandonou a Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 11/11/2008.....	8
<b>MST faz reivindicações ao Incra do Paraná</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 14/11/2008.....	9
<b>Amazônia Legal debate regularização fundiária</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 14/11/2008.....	9
<b>Trabalhador rural é assassinado no Sul do Pará</b> – Chico de Gois – O Globo – O País – 15/11/2008.....	9

### Segunda Quinzena

<b>“Reserva Legal”</b> - Xico Graziano – Sítio eletrônico da CNA – 18/11/2008.....	10
<b>Comissão de Agricultura da Câmara discute impacto de novas demarcações de terra em MS</b> – Sítio Eletrônico da CNA – 19/11/2008 .....	12
<b>Demarcação em Mato Grosso do Sul causará prejuízos para 700 mil pessoas</b> – Sítio eletrônico da CNA – 19/11/2008.....	12
<b>Em MG, sem-terra obtêm posse de fazenda</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 20/11/2008.....	13
<b>MST invade fazendas para marcar data</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 21/11/2008 .....	14
<b>Áreas invadidas são improdutivas, diz Incra</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 23/11/2008.....	14
<b>Lula não vai limitar compra de terra</b> – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/11/2008.....	14
<b>Função Social da Terra na pauta de discussões da X REAF</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 24/11/2008.....	15
<b>Democracia passa por acesso à terra e mudança do modelo agrícola</b> - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 25/11/2008 .....	16
<b>Plano Amazônia prevê doar lotes</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 26/11/2008 .....	18
Sem Terra lutam por desapropriação há 11 anos em MG – Sítio Eletrônico do MST – 26/11/2008.....	18
Assentados realizam festa da Reforma Agrária no Paraná – Sítio Eletrônico do MST – 26/11/2008.....	19

Movimentos sociais entregam carta ao governo Lula – Sítio Eletrônico do MST – 26/11/2008.....	20
<b>Movimentos sociais criticam modelo agroexportador</b> – Sítio Eletrônico da Contag - 27/11/2008.....	24
<b>Ministros se reúnem com movimentos sociais</b> – Sítio Eletrônico da CPT – 27/11/2008.....	25
<b>Movimentos sociais lançam Dilma em ato no Planalto</b> – Eduardo Scolese e Simone Iglesias – Folha de São Paulo – Nacional – 27/11/2008 .....	25
MST denuncia na OEA a repressão aos movimentos no RS – Sítio Eletrônico do MST – 27/11/2008.....	26
<b>Incra prepara despejo de assentados em MS</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 28/11/2008.....	27
<b>Protestos do MST interditam cinco rodovias</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 28/11/2008 .....	27
<b>Recém-assentados recebem crédito para iniciar produção</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 28/11/2008.....	28
<b>CUT lidera lobby no governo, diz pesquisa</b> – Andréa Michael – Folha de São Paulo – Brasil – 30/11/2008 .....	28
<b>Para entidades, relação com o governo é natural</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 30/11/2008.....	29

**2 mil sem-terra ocupam fazenda no Paraná** – Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Nacional – 05/11/2008

Aproximadamente 2 mil sem-terra ocupam, desde a madrugada de sábado, a Fazenda Variante, em Porecatu, a cerca de 460 quilômetros de Curitiba, no norte do Paraná. Eles alegam que um grupo de fiscalização móvel do Ministério do Trabalho e Ministério Público encontrou, em vistoria realizada em agosto, 17 trabalhadores em “situação degradante, análoga ao trabalho escravo”. A empresa informou ter conseguido, na manhã de ontem, uma liminar na Justiça determinando a reintegração de posse.

“Entendemos que a fazenda deve ser expropriada pelo governo federal porque não se admite, em pleno século 21, que haja trabalho escravo”, disse o líder do Movimento dos Sem-Terra (MST) na região norte do Paraná, José Damasceno. Fábio Antônio Garcia Fabiani, advogado da Usina Central do Paraná, que produz açúcar e álcool, dona da fazenda, contestou que haja trabalho análogo ao de escravo. “Temos uma decisão da Vara do Trabalho de Porecatu dizendo que isso não existe.”

A propriedade possui 1.362 hectares e, de acordo com o advogado, é utilizada para a plantação de cana e criação de gado. “Nós fizemos a nossa parte e a Justiça fez a dela, agora o cumprimento da liminar é uma decisão política.”

O líder dos sem-terra disse que já esperava essa decisão. “É um comportamento natural da Justiça”, afirmou. O MST acentuou que a intenção é permanecer na área como uma forma de pressão para a aprovação imediata da Proposta de Emenda Constitucional 438/2001, que prevê a expropriação para fins de reforma agrária das fazendas flagradas em exploração de trabalhadores em condições semelhantes à de escravidão.

**Sem-terra de MS dizem que só saem do Incra em 2009** – João Naves de Oliveira – Estado de São Paulo – Nacional – 07/11/2008

Os quase 400 sem-terra que invadiram a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Campo Grande estão preparados para permanecer no local até o próximo ano. A invasão aconteceu na quarta-feira, sob a alegação de que a reforma agrária não estaria atendendo às expectativas em Mato Grosso do Sul. “Estamos prontos para atravessar 2008 aqui”, disse Antônio Dias, um dos líderes da invasão.

Apesar da ocupação, o órgão não paralisou as atividades. Os funcionários trabalham em meio ao vaivém dos quase 400 homens, mulheres e crianças abrigados no prédio. A única sala não ocupada é a do superintendente, Flodoaldo Alencar. Não existem sanitários suficientes para todos e por isso as filas são constantes.

Flodoaldo está tentando negociar a desocupação do prédio, mas não encontra entre os manifestantes quem se identifique como coordenador do Movimento dos Sem-Terra, Central Única dos Trabalhadores Rurais, Federação dos Trabalhadores na

Agricultura e Federação da Agricultura Familiar. Ontem a procuradoria do Inca deu entrada na Justiça Federal com pedido de reintegração de posse.

“Vamos resistir a qualquer tentativa de despejo”, afirmam os sem-terra, reclamando contra a administração do atual superintendente. Segundo a líder do MST Maria de Fátima Vieira, o Inca de Mato Grosso do Sul tem enfrentado diversos problemas desde a troca do superintendente. “Em 2008 a reforma agrária estagnou e nem mesmo as conquistas obtidas em 2007 se concretizaram, acarretando diversos problemas nos assentamentos e acampamentos”, disse ela.

**VERBAS** - Segundo Maria de Fátima, o novo administrador, que assumiu o cargo no ano passado, não aplica o dinheiro da reforma agrária que chega ao Estado. “Soube do próprio presidente do Inca, Rolf Hackbart, que os recursos estão retornando para Brasília. Um total de R\$ 12 milhões destinados ao crédito de implantação de assentamentos estão parados no Inca-MS. Rolf afirmou que esse dinheiro vai voltar para Brasília, além de R\$ 6 milhões para infra-estrutura e R\$ 2,5 milhões para assistência técnica”, afirmou a líder dos sem-terra.

Flodoaldo explicou que os estornos de recursos acontecem “por uma questão de rubrica”. Citou como exemplo o programa Territórios da Cidadania, dizendo que as verbas devolvidas até agora são as que foram destinadas a esse programa em realizações cuja demanda não previu o gasto de todo o recurso monetário. “Se o dinheiro vem para uma finalidade, não podemos aplicá-lo em outra, temos que devolver”, afirmou o superintendente do Inca de Mato Grosso do Sul.

**MST é despejado de fazenda de Beira-Mar no Pará** – Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 08/11/2008

As Polícias Federal, Civil e Militar despejaram 300 famílias ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST) que ocupavam a Fazenda Nega Madalena, em Tucumã, no sul do Pará. A fazenda é uma das sete propriedades pertencentes aos narcotraficantes Fernandinho Beira-Mar e Leonardo Mendonça, que cumprem pena em presídios de São Paulo e Goiás. A ordem judicial foi expedida pelo juiz federal de Marabá, Carlos Henrique Haddad.

Os advogados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Xinguara, que defendem os sem-terra, ingressaram com recurso no Tribunal Regional Federal em Brasília contra a decisão do juiz, mas, antes de o recurso ser julgado, Haddad autorizou o despejo.

O MST afirma que o despejo quebrou um acordo prévio entre a Justiça Federal de Goiás, o Inca e as famílias do acampamento, que já tinham concordado em sair pacificamente da área para que os técnicos do instituto pudessem realizar os trabalhos de identificação e vistoria do imóvel. Segundo o MST, o Inca já havia se comprometido a arrematar a fazenda em leilão.

Procurado, o juiz Carlos Haddad informou que não se manifesta sobre decisões tomadas. O Inca confirma que faz medições na área.

**INVASÃO** - Cerca de 80 militantes do MST invadiram ontem a Fazenda Santo André, em Martinópolis (SP), região de Presidente Prudente. O grupo exige que o Incra faça assentamento na fazenda, que tem 7 mil hectares. É a segunda invasão da área em apenas 12 dias. A propriedade estaria na lista das terras que serão compradas pelo Incra para fins de reforma agrária no Estado.

Em São Gabriel (RS), o Incra desapropriou 5.028 hectares da Fazenda Southall. A área, denominada Estância do Céu e localizada na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, é quase 40% do complexo da Southall, que tem quase 13 mil hectares. O Incra pretende assentar 330 famílias no local até o fim do ano. Falta apenas a formalização da compra, no valor de R\$ 31,6 milhões. O proprietário da fazenda, Alfredo Southall, não quis dar mais detalhes sobre a negociação. **COLABORARAM SANDRO VILLAR e CARLOS ALBERTO FRUET**

### **MST denuncia na OEA a repressão aos movimentos no RS – Globo Rural - 2008**

O MST e a organização não-governamental Justiça Global denunciaram a violência e a perseguição cometidas contra movimentos sociais gaúchos na CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) da OEA (Organização dos Estados Americanos).

As organizações entregaram um documento em que consta relatos da ação truculenta da Brigada Militar e da perseguição política do Ministério Público Estadual (MPE) e do Poder Judiciário contra os movimentos sociais, especialmente o MST no Rio Grande do Sul.

Entre as provas, está a ata do Conselho Superior do MPE que determina diversas medidas para neutralizar as ações do MST, "congela" quatro áreas em que estão acampamentos sem terra e até mesmo pede a extinção da organização e a intervenção em escolas. O MST e a Justiça Global também denunciam que há uma atuação conjunta do Ministério Público e da Brigada Militar, para a qual fica a tarefa de fichamento e de cadastro dos trabalhadores acampados e assentados.

O relatório traz a Nota da Instrução Operacional nº6, documento interno entregue a todos os comandos regionais da corporação que uniformiza a ação da Brigada Militar contra os movimentos sociais, entre eles o MST.

A instrução determina que os policiais façam o cadastro e o fichamento de integrantes movimentos policiais urbanos e rurais. Baseado nesta ordem interna, a Brigada já tem uma relação de 500 nomes de integrantes e lideranças do MST que vem tendo suas ações monitoradas, o que segundo o relatório "configura flagrante violação ao direito à privacidade, ao exercício da liberdade de associação, circulação e liberdade de expressão".

O relatório ainda contextualiza que a repressão aos movimentos sociais no RS, por meio dessas ações ilegais, coincide com o início da gestão da governadora Yeda Crusius (PSDB) em 2007 e, principalmente, com a posse do coronel Paulo Mendes como comandante-geral da Brigada Militar.

O integrante do setor de Direitos Humanos do MST, Edson Borba, espera que estas denúncias sejam investigadas a fundo e que encaminhamentos concretos brotem desta ação. "Práticas como estas realizadas por estes órgãos do Estado gaúcho caracterizam uma declaração de Estado de Excessão permanente, o que não só inviabiliza, mas assassina a democracia em nome do interesse de alguns poucos grupos socioeconomicamente alinhados", argumenta.

**Alternativas** - O relatório do MST e da Justiça Global descreve também à OEA as sugestões do CDDPH (Conselho de Defesa da Pessoa Humana), ligada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República para acabar com os conflitos e a perseguição política no RS.

Depois de uma investigação dos conflitos no estado, o órgão sugeriu diversas medidas, como a criação de um Conselho Estadual de Direitos Humanos, de uma Comissão Estadual de Mediação de Conflitos Agrários pelo MP e PRDC (Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão) e a revogação da Instrução Operacional nº6 da Brigada Militar. Recentemente, o Ministério Público gaúcho negou o pedido de inconstitucionalidade da determinação policial pelo CDDPH.

#### **Novo modelo – Rolf Hackbart – O Globo – Opinião – 10/11/2008**

A história do Brasil nos conta que as políticas públicas sempre incentivaram o desmatamento. A família assentada tinha de provar que conseguia derrubar, no mínimo, 50% da floresta existente no seu lote.

Isso era a garantia da regularização da posse.

Na Amazônia, esse modelo vigorou até 2001, quando a lei passou a exigir a preservação de 80 por cento da área do assentamento. Hoje, para criar um assentamento, é preciso obter a licença do órgão ambiental do Estado.

Mas o que realmente muda a história da reforma agrária é o novo modelo de destinação de terra. Já são 314 assentamentos criados para produzir alimento com a floresta em pé, sem cortar a vegetação, aproveitando a vocação natural ao extrativismo, ou planos de manejo totalmente controláveis. Portanto, esse modelo já existe e incorpora milhares de famílias ao programa de reforma agrária. Não se leva ninguém de outras regiões: valorizam-se o saber e as práticas seculares de obtenção de renda das comunidades tradicionais da Amazônia. Construir modos de vida a partir de uma nova matriz de produção, pautada pelos conceitos agroecológicos, longe da monocultura e do veneno, constitui-se na base dos 10 assentamentos florestais criados a partir de 2003, dos 194 assentamentos agroextrativistas e dos 81 projetos de desenvolvimento sustentável, em um território de 13 milhões de hectares.

Tomemos um exemplo: criado em 2005 pelo Incra, com área de mais de 8 mil hectares, o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha das Onças, no município de Barcarena, no Pará, abriga mais de 500 famílias. A renda vem do açaí, da pesca, das árvores frutíferas e da farinha.

Com a criação do assentamento, as famílias tiveram acesso aos créditos de instalação (1,2 milhão de reais), habitacional (2,5 milhões de reais), energia e saneamento básico. Também é assim com os programas de dessalinização nos assentamentos do sertão nordestino, da produção do cacau orgânico no Sul da Bahia, do palmito orgânico do Acre, do arroz orgânico nos assentamentos do Sul do país.

Ainda há problemas e o Incra trabalha para resolvê-los. Além da regra dos 50 por cento — cujas conseqüências ainda são bem visíveis —, o Incra obtém imóveis rurais com enormes passivos ambientais. A partir da nossa gestão, assumimos o ônus de recuperar a área e, efetivamente, descontamos o passivo ambiental do preço da indenização paga ao antigo proprietário.

Mas a área já vem degradada, e é nessa área, por vezes totalmente desmatada, que construiremos um assentamento. O lado bom é que essa nova comunidade, formada por centenas de famílias historicamente alijadas da república brasileira, agora é inserida no território por uma ação do Estado chamada Reforma Agrária. Uma política pública que considera prioridade a proteção do meio ambiente.

ROLF HACKBART é presidente do Incra.

### **MST invade Secretaria de Justiça de SP – Estado de São Paulo – Nacional – 11/11/2008**

Militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) invadiram ontem pela manhã a sede da Secretaria de Estado da Justiça, no centro de São Paulo. Os manifestantes permaneceram no local durante quase quatro horas. O grupo só aceitou se retirar do prédio depois que uma comissão de sem-terra foi recebida pelo secretário Luiz Antonio Marrey, que ouviu suas reivindicações. De acordo com os sem-terra, a reforma agrária caminha de forma muito lenta no Estado.

### **Stedile vê que governo abandonou a Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 11/11/2008**

Para João Pedro Stedile da Direção Nacional do MST, a crise financeira contribuiu para o bloqueio da Reforma Agrária enquanto o governo Lula a transformou em um mero programa assistencial.

Em uma coletiva de imprensa, Stedile disse que o governo optou pelo agronegócio e as forças do capital financeiro na disputa por terras no país. Por isso, segundo ele, "a Reforma Agrária deixou de ser um plano nacional que democratize o acesso as terras".

Ele citou dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), segundo os quais o governo brasileiro até agora assentou 18.630 famílias enquanto a meta seria de 80 mil.

Stedile ainda disse que produção de etanol fez com que o cultivo de cana avançasse sobre a área da Amazônia legal. Também denunciou o monocultivo de eucalipto na região do Maranhão como uma ameaça ambiental. Esses e outros monocultivos, como o do milho e da soja, são citados por Stedile como causas da concentração de terras no país. Para ele as políticas econômicas do governo tornaram o Brasil um país agroexportador.



**MST faz reivindicações ao Incra do Paraná** – Estado de São Paulo – Nacional – 14/11/2008

Integrantes do Movimento dos Sem-Terra entregaram pauta de reivindicações à superintendência do Incra no Paraná, cobrando providências para os pedidos apresentados em julho, como o assentamento de 7 mil famílias acampadas no Estado e ampliação de investimentos em educação e infra-estrutura nos assentamentos.

**Amazônia Legal debate regularização fundiária** – Sítio Eletrônico do MDA – 14/11/2008

No III Fórum dos Governadores da Amazônia Legal, em Manaus, o governador do Amazonas, Eduardo Braga, foi o primeiro a se manifestar sobre a forma de parceria dos estados, proposta pelo Incra, para a regularização fundiária na região. “Esta é a primeira vez que o Governo Federal apresenta uma proposta concreta de regularização fundiária na Amazônia”, afirmou.

Braga prometeu que, para cada R\$ 3,00 investidos pelo Governo Federal, o estado vai colaborar com R\$ 1,00. “Este será o maior investimento em regularização fundiária rural dos últimos 30 anos”, destacou. O convênio de R\$ 20 milhões (R\$ 15 milhões do Governo Federal e R\$ 5 milhões do Amazonas) foi firmado logo após a apresentação do Plano Terra Legal para os governadores, feita pelo presidente do Incra, Rolf Hackbart, nesta sexta-feira (14).

O Terra Legal é a proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Incra para regularizar as terras de toda a Amazônia Legal. O Plano lança como principal idéia firmar parcerias com os estados da região para acelerar a regularização de todas as áreas.

Após a apresentação, o governador Eduardo Braga sinalizou que 2009 será um marco para a questão fundiária na Amazônia. “Este terceiro fórum marca o avanço na política fundiária do governo e o engajamento dos estados com a questão”, disse.

Os governadores acertaram com o Incra um cronograma para iniciar a execução do Plano e marcaram uma reunião, em Brasília, para o início de dezembro, quando os governos estaduais e o federal irão começar as discussões sobre mudanças na legislação vigente. Hackbart reforçou a necessidade de alterar o marco legal para garantir uma solução rápida para a região e garantiu que há recursos suficientes. “Recursos não faltam, precisamos fortalecer as parcerias”, explicou. O próximo fórum dos governadores da Amazônia Legal foi marcado para fevereiro de 2009 em Roraima.

**Trabalhador rural é assassinado no Sul do Pará** – Chico de Gois – O Globo – O País – 15/11/2008

BRASÍLIA. O trabalhador rural José Ribamar Rodrigues dos Santos foi morto na noite de quarta-feira no acampamento Sardinha, às margens da rodovia BR-158, próximo à fazenda Vaca Branca, no município de Redenção, no Sul do Pará. De acordo com testemunhas, oito pistoleiros sencapuzados, com roupas camufladas e com coletes entraram no acampamento e começaram a disparar.

Os acampados correram para pedir ajuda a caminhoneiros, mas José Ribamar foi atingido. Ele estava acompanhado de sua mulher e três filhos com idades entre três e sete anos. A polícia ainda não identificou os responsáveis pelos tiros.

Esta não foi a primeira vez que os acampados de Sardinha foram surpreendidos por pistoleiros. No dia 16 do mês passado, pistoleiros dispararam vários tiros, incendiaram os barracos e mataram o cachorro de José Ribamar.

Segundo testemunhas, eles chegaram a obrigar o agricultor a deitar no chão e ameaçaram matá-lo, mas foram contidos por gritos dos demais acampados. Desta vez, no entanto, o lavrador não conseguiu escapar.

Justiça já deu reintegração de posse a proprietário da área. O acampamento Sardinha está montado no local desde março do ano passado. Em setembro de 2007 a Justiça concedeu uma liminar garantindo a reintegração de posse ao proprietário da fazenda Vaca Branca, mas o mandato não foi cumprido até agora.

Integrantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Xingara, que foram avisados da morte, informaram que os pistoleiros começaram a rondar o acampamento neste ano. Em setembro, os trabalhadores rurais foram ameaçados e registraram boletim de ocorrência.

Hoje, o frei Henri Burin des Roziers, que coordena a Pastoral em Xinguara, irá ao local do homicídio. O frei é um dos que estão na lista dos marcados para morrer no sul do Pará.

De acordo com dados da CPT, no ano passado ocorreram 28 assassinatos de trabalhadores rurais.

A região Norte concentra 10 dessas mortes, e o estado do Pará, cinco.

Também foram contabilizados mais oito tentativas de assassinatos no Pará e 75 pessoas relataram ter recebido ameaças no Estado.

**“Reserva Legal”** - Xico Graziano – Sítio eletrônico da CNA – 18/11/2008

Amadurece um bom acordo entre a agricultura e o meio ambiente. Na mesa de discussão está a modernização do Código Florestal. Dando certo, resolve a briga entre ambientalistas e ruralistas. Menos encrenca, mais verde no campo.

O Código Florestal brasileiro vem de 1965. Naquela época definiram-se dois conceitos básicos da legislação ambiental no campo: a Área de Preservação Permanente (APP) e a Reserva Legal (RL). Entender isso é básico.

Nas propriedades rurais, existem nascentes d'água e córregos que a recortam e valorizam. Pois bem. A lei estabelece que suas margens sejam totalmente preservadas, na distância mínima de 30 metros dos cursos d'água e 50 metros na circunferência das nascentes. Essa mata ciliar mantém um corredor ecológico que favorece a biodiversidade e protege os recursos hídricos.

Outras áreas ainda se cravaram no Código Florestal como de preservação permanente. Duas podem ser destacadas: aquelas situadas nos topos de morro, e as localizadas nos terrenos íngremes, com declividade acima de 45 graus. O desmatamento e a exploração agropecuária desses locais frágeis podem favorecer a erosão e impedir a recarga dos aquíferos subterrâneos. Idéia arrojada na época.

Mas os legisladores do Código Florestal não ficaram satisfeitos com tais restrições ambientais. Quiseram mais. Definiram também que todas as propriedades rurais deveriam manter, além da APP, um pedaço de floresta virgem “reservado”, cuja utilização somente pode ocorrer se não ameaçar sua integridade ecológica. Era o prenúncio do moderno conceito sobre o uso sustentável da floresta.

Nas propriedades das regiões Sul-Sudeste, a RL acabou fixada em 20% da área total, enquanto que na Amazônia subia para 50%. Mais tarde, aprovou-se também que na região dos cerrados a RL seria de 35%. Bem depois, em 1999, devido ao perigo do desmatamento ter aumentado, o governo elevou a RL na Amazônia para 80% da propriedade.

Atenção. A área da Reserva Legal se sobrepõe à de preservação permanente. Quer dizer, além de manter intacta a APP, os agricultores ainda devem manter outro pedaço da sua fazenda, no mínimo 20%, coberto de floresta nativa. Por exemplo, suponha que, em Ribeirão Preto, as matas ciliares de uma propriedade rural atinjam 12% de sua área. Como a RL monta 20%, deverá ser excluído da produção 32% da fazenda. Exageraram os formuladores do Código Florestal?

Não. Quiseram regular, há quase meio século, o elevado desmatamento que se processava. O louvável objetivo do Código Florestal era assegurar que parte do território permanecesse com sua cobertura natural. Manter a floresta de pé.

Até aqui, tudo bem. O nó da questão, porém, reside no fato de que, especialmente nas áreas mais antigas, o processo de exploração agropecuária ocorreu antes de vir o Código Florestal. Nesse caso, cabe questionar: para uma fazenda do interior paulista, desmatada na época do ciclo cafeeiro, ou aquela aberta por inteiro com algodão, lá pelos anos 40, vale aplicar o conceito da Reserva Legal?

Sim, dizem os ambientalistas. Segundo sua interpretação, a lei estabelece que toda e qualquer propriedade rural precisa, no mínimo, manter 20% da sua área coberta com floresta nativa. Se a terra já foi desmatada no passado, que se exija, no presente, a recuperação ambiental da parcela pelada.

Não, afirmam os ruralistas. A regra do Código Florestal, avaliam, deve valer apenas para as áreas mantidas com florestas originais. Onde houve, anteriormente, a ocupação do território, há direito adquirido de exploração. Obstruir, nesse caso, 20% da área para recompor a Reserva Legal significa reduzir a produção no campo.

Assim pode ser resumida a polêmica sobre o Código Florestal, assunto que hoje em dia deixa qualquer agricultor de cabelo arrepiado. Entre as divergências, um consenso já formado: a necessidade de recuperar as matas ciliares, inadvertidamente desmatadas. Os produtores rurais já se convenceram - e a erosão atesta - que a beirada do rio não pode continuar a ser cultivada, nem pastoreada. Assunto pacífico.

No caso da APP de topo de morro, o tema continua aberto. Afinal, grande parte da viticultura gaúcha se estabeleceu nas altas escarpas. Idem para a maçã de Santa Catarina. Não parece razoável imaginar que sejam eliminadas para retornar a floresta original. O meio termo sugere permitir que permaneçam as atividades agrícolas já consolidadas, impedindo que novas se estabeleçam.

Neste, e principalmente no caso da Reserva Legal, as discussões que aproximam ambientalistas e ruralistas implicam em concessões no fundamentalismo, existente em ambos os lados. Lideranças mais radicais dos agricultores querem acabar com a RL. Argumentam que, se o governo quiser manter tais áreas impedidas ao uso agropecuário, que indenize os produtores rurais. Ecologistas extremados, por sua vez, exigem a qualquer custo que os agricultores cerquem e abandonem a área da RL, mesmo que ela esteja explorada há décadas.

“Não avances lento demais para que a Terra não pegue fogo, nem vás alto demais, para não queimares o céu”. Esse foi o conselho de Apolo ao filho Faetonte, quando este quis guiar sua carruagem alada do sol. Na mitologia, o abrigo da prudência.

Ruralistas e ambientalistas procuram sabedoria para encontrar uma saída de bom senso, unindo a preservação florestal com a produção rural. Uma condição, porém, deveria nortear qualquer solução do conflito: firmar um pacto contra a devastação, uma moratória a favor da floresta. Até que prevaleça a nova legislação e se assente uma verdadeira política de desenvolvimento sustentável no campo.

Enquanto isso, desmatamento zero.

*\*Xico Graziano, agrônomo, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. E-mail: [xico@xicograziano.com.br](mailto:xico@xicograziano.com.br) Site: [www.xicograziano.com.br](http://www.xicograziano.com.br)*

### **Comissão de Agricultura da Câmara discute impacto de novas demarcações de terra em MS – Sítio Eletrônico da CNA – 19/11/2008**

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realiza audiência pública na manhã de hoje (19/11) para discutir a demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul. Os deputados vão questionar o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Augusto Freitas de Meira, sobre portarias recentes daquele órgão que criam grupos técnicos para identificar e delimitar terras indígenas supostamente pertencentes aos índios guaranis naquele estado. As áreas englobadas pelas portarias somam aproximadamente 7 milhões de hectares, abrangendo 26 municípios, localizados, em sua maioria, na fronteira com o Paraguai.

Na mesma audiência, o economista Norman Kalmus, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Economia e Finanças (Ibecon), vai avaliar o impacto econômico das possíveis demarcações.

**Portarias** - O deputado Dagoberto (PDT-MS) propôs a suspensão das seis portarias da Funai, por meio do Projeto de Decreto Legislativo 797/08. Dagoberto argumenta que elas não atendem às normas do processo administrativo de demarcação das terras indígenas, previstas no Decreto 1.775/96, e violam a Lei 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública.

Ele diz que o processo de demarcação das terras indígenas deveria iniciar-se pela elaboração de laudo antropológico e pela identificação do grupo étnico que será beneficiado pelo processo de demarcação. Só após essa etapa é que a Funai poderia, segundo ele, instituir o grupo técnico especializado. A reunião será realizada às 9h30 no plenário 6.

### **Demarcação em Mato Grosso do Sul causará prejuízos para 700 mil pessoas – Sítio eletrônico da CNA – 19/11/2008**

Conflitos entre índios e não-índios, quebra do pacto federativo e prejuízo econômico para 700 mil habitantes sul-mato-grossenses que vivem do agronegócio. Estas serão as principais conseqüências para Mato Grosso do Sul diante da possível criação de novas terras indígenas no Estado, cujos estudos já estão previstos em seis portarias da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), publicadas em julho deste ano. A avaliação é do presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários e Indígenas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Leôncio Brito. Ao participar, hoje (19/11), de audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir as portarias do Governo Federal e os possíveis reflexos para a atividade econômica na região, ele explicou que os locais que serão objetos de estudos para a demarcação abrangem 26 municípios que respondem pela produção agropecuária no Mato Grosso do Sul. “Apenas um terço do Estado é propício para o agronegócio e é nesta área que o Governo quer acomodar os índios”, disse Brito.

Segundo Leôncio Brito, as portarias da FUNAI visam ferir o direito de propriedade, que é garantido pela Constituição, e contraria normas governamentais e do Judiciário, que prevêm que as terras indígenas são as que os índios tradicionalmente ocupam e não aquelas ocupadas no passado e extintas atualmente. “O ato de demarcar é cabível ao proprietário e não a quem pretende reivindicar uma área. Portanto, não é tarefa da FUNAI”, afirmou o representante da CNA. Hoje, Mato Grosso do Sul tem 620 mil hectares de terras indígenas e 42 mil índios, o que resulta em uma média de 14,75 hectares por índio. Ele explicou também que, para demarcar novas terras indígenas, os títulos de propriedade dos imóveis rurais devem ser anulados com reconhecimento da instância judiciária. “Como vão tirar os produtores que conquistaram o direito adquirido e têm a escritura legal de suas terras?”, questionou.

Brito afirmou ainda que os índios atualmente “são grandes latifundiários que vivem em condições miseráveis”. “Antes de dar mais terras para os índios, o Governo deve oferecer-lhes condições mínimas de sobrevivência”, ressaltou. Para o diretor secretário da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), Dácio Queiroz, antes de se criar novas áreas para a população indígena, o Governo federal deve resolver os conflitos fundiários que se arrastam há mais de uma década no Estado, além de promover um processo de demarcação que contemple índios e não-índios para evitar novos conflitos. “Deve haver uma integração”, frisou Queiroz. Ele informou ainda que muitas aldeias indígenas na região estão irregulares, pois ainda não passaram para o domínio da União.

**Em MG, sem-terra obtêm posse de fazenda** – Estado de São Paulo – Nacional – 20/11/2008

Um grupo de 80 famílias de sem-terra ganhou o direito de permanecer na Fazenda Quilombo, em Araguari (MG), ocupada em 2004. A decisão foi da 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que negou a reintegração de posse. Segundo a decisão de ontem, os proprietários “deixaram as terras em estado de abandono”.

**MST invade fazendas para marcar data** – Estado de São Paulo – Nacional – 21/11/2008

Para comemorar os 13 anos de sua presença na área, o Movimento dos Sem-Terra mobilizou 250 famílias e invadiu duas fazendas, ontem, na região de Iaras, no centro-oeste paulista, a 330 km da capital. Foram ocupadas as fazendas Tangará e Marruá, que têm um total de 750 hectares. O coordenador estadual do MST, Delweck Matheus, disse que as terras já foram consideradas improdutivas em vistoria realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

**Áreas invadidas são improdutivas, diz Incra** – Estado de São Paulo – Nacional – 23/11/2008

As fazendas Tangará e Marruá, na região de Iaras, invadidas quinta-feira por integrantes do Movimento dos Sem-Terra, são consideradas improdutivas, segundo a superintendência do Incra em São Paulo. De acordo com o órgão, o governo prepara o processo de desapropriação dos 750 hectares - a soma das duas áreas - para possibilitar o assentamento de famílias cadastradas pela reforma agrária. O decreto de desapropriação depende de licença ambiental a ser dada pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. O dono da Tangará entrou com pedido de reintegração de posse no Fórum de Agudos.

**Lula não vai limitar compra de terra** – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/11/2008

Por conta da crise financeira internacional, o Palácio do Planalto determinou à AGU (Advocacia Geral da União) que mantenha na gaveta as propostas de mudanças na legislação para restringir a compra de terras por estrangeiros no país. O argumento para segurar pelo menos por ora essas medidas é que, num momento de escassez de crédito e de contenção de recursos, o governo não pode vetar ou restringir a entrada de qualquer tipo de investimento internacional. Urgentes até outro dia, quando a chamada "estrangeirização" das terras do país era apontada como uma espécie de ameaça à soberania nacional, as medidas estão prontas e paradas na mesa do ministro José Dias Toffoli (AGU) desde o início de setembro, dias antes do estouro da crise internacional. O que preocupa o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não são apenas os efeitos técnicos e práticos dessas medidas mas o simbolismo de, neste momento, ser visto no exterior como um país que despreza investimentos estrangeiros. Nas mãos de Toffoli, há dois mecanismos jurídicos. O primeiro deles, e que cabe diretamente ao advogado-geral da União, é a revogação de um parecer emitido em 1997 pelo órgão. Ele diz que, na lei nº 5.709, de 1971, o parágrafo que faz restrição às pessoas jurídicas brasileiras controladas por capital estrangeiro não foi recepcionado pela Constituição de 1988 e, portanto, estaria revogado. Agora, a AGU mudou de opinião. O consultor-geral do órgão, Ronaldo Jorge, concluiu que esse parágrafo foi recepcionado pela Constituição de 1988 e que o parecer de 1997

é que precisa ser revogado. Essa canetada de Toffoli, porém, depende do aval de Lula. Desde que a crise econômica veio à tona, Lula tem se mostrado resistente a mudanças antes dadas como certas e que poderiam inibir investimentos. Além da medida da terra, ele adiou o anúncio das regras do zoneamento da cana, mecanismo acordado entre os ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente para impedir o avanço da cultura na Amazônia.

Segundo a legislação em vigor, a aquisição de terra está vedada a pessoa física estrangeira não residente no país e a pessoas jurídicas não autorizadas a funcionar no Brasil. Além disso, a compra está limitada a pessoas físicas estrangeiras residentes no país e a pessoas jurídicas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil. Com o parecer de 1997 da AGU ainda em vigor, não há limite para pessoas jurídicas brasileiras com a maioria de suas ações com direito a voto controlada por estrangeiros. Não há como quantificar o volume de recursos que deixará de entrar no país caso esse parecer seja de fato revogado. Um dos setores que poderiam ser atingidos é o de celulose, com suas vastas plantações de eucaliptos, em que é grande a atuação de estrangeiros.

Reportagem de julho da **Folha** mostrou que, segundo dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), fazendeiros e investidores estrangeiros compram ao menos 0,5 quilômetro quadrado de terras brasileiras a cada hora, o que, ao final de um dia, significa 12 quilômetros quadrados legalmente em mãos de pessoas físicas ou jurídicas de outras nacionalidades. Na época, havia 40,3 mil quilômetros quadrados legalmente sob o controle de estrangeiros -o que não inclui as empresas brasileiras controladas por pessoas de outros países. O segundo mecanismo jurídico, parado no governo, é um projeto de lei sobre o tema a ser encaminhado ao Congresso. Ainda incipiente, o texto trataria não apenas da compra de terras por estrangeiros mas também de limites fundiários para brasileiros.

### **Função Social da Terra na pauta de discussões da X REAF – Sítio Eletrônico do MDA – 24/11/2008**

“Dentro deste contexto de várias crises mundiais – de energia, de alimentos, financeira – o acesso a terra é uma das condições para o desenvolvimento da América Latina”. A afirmação foi feita nesta segunda-feira (24) pelo presidente do Incra, Rolf Hackbart, no Seminário Função Social da Terra – Concentração, Estrangeirização e Uso da Terra, realizado dentro da programação da X Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), que ocorre até o próximo dia 27, no Rio de Janeiro.

Hackbart enfatizou que o direito à propriedade de imóvel rural está garantido pela Constituição Federal desde que ele cumpra sua função social. “A interpretação tem de ser combinada. Se a área é produtiva, mas não preserva o meio ambiente, ela não cumpre sua função social. Felizmente alguns juízes já começam a fazer essa leitura”, afirma.

Segundo o presidente da entidade, o grande desafio é que sejam observados todos os requisitos que garantem o cumprimento da função social da propriedade rural: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam

as relações de trabalho; e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Art. 186 da CF). Ou seja, o atendimento simultâneo dos aspectos econômico, ambiental, trabalhista e do bem-estar social.

Rolf Hackbart fez um comparativo entre a situação fundiária do Brasil e dos demais países do Mercosul. “Temos problemas parecidos, tanto com relação à legislação, quanto do ponto de vista econômico. Temos o mesmo modelo de agricultura: que concentra a propriedade, que expulsa, que produz com veneno. É isso que nós precisamos mudar - garantir o acesso a terra, garantir renda para permitir a produção de alimentos limpos”, afirma.

**Dimensões continentais** - De acordo com o cadastro do Incra, o Brasil possui 5 milhões de imóveis rurais cadastrados – entre públicos e particulares–, o que representa mais de 570 milhões de hectares. São cerca de sete mil Projetos de Assentamento (PAs), implantados em 70 milhões de hectares, onde vivem cerca de um milhão de famílias. Esses dados deverão ser atualizados no próximo ano pelo novo censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**Sobre a REAF** - Instituída em 2004, a REAF surgiu em um ambiente de discussões com os movimentos sociais, que enxergavam a agricultura familiar como estratégica devido sua participação na força de trabalho, na produção de alimentos, no Produto Interno Bruto (PIB) e no ordenamento dos territórios rurais do Mercosul. O encontro é realizado a cada seis meses com o objetivo de discutir e formular recomendações acerca de políticas, ações e projetos relacionados à agricultura familiar. As deliberações são encaminhadas ao Grupo Mercado Comum (GMC) e ao Conselho Mercado Comum e, caso aprovadas, passam a ser implementadas no Mercosul.

**Democracia passa por acesso à terra e mudança do modelo agrícola** - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 25/11/2008

Reunidos na X Reaf, representantes dos governos e de organizações da sociedade civil dos países do Mercosul pedem o fortalecimento da agricultura familiar na América Latina. Presidente do Incra afirma que implementação de novos modelos é prioridade da reforma agrária no Brasil.

RIO DE JANEIRO – O resgate da função social da terra, a busca por um modelo sustentável de produção e a necessidade de adoção de políticas públicas que permitam a efetiva democratização do acesso à terra nos países da América Latina estão entre os temas mais debatidos da X Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf), que acontece até 27 de novembro no Hotel Guanabara, no Rio de Janeiro. Na segunda-feira (24), foram realizados dois seminários que reuniram representantes dos governos ou de organizações da sociedade civil de Brasil, Argentina, Bolívia, Venezuela, Paraguai, Uruguai, Chile e México (convidado).

Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, em entrevista exclusiva à *Carta Maior*, comemorou a realização da X Reaf: “Esse encontro é muito importante porque traz o tema da reforma agrária e do acesso à terra na América Latina e no âmbito do Mercosul. Isso é muito importante neste



momento em que nós vivemos várias crises mundiais: de energia, de alimentos, a crise financeira do capital. O acesso à terra é uma das condições para o desenvolvimento da América Latina”, disse.

Hackbart afirmou que o fortalecimento da agricultura familiar é tarefa fundamental para garantir o desenvolvimento sustentável dos países do Mercosul: “No Brasil, eu não tenho dúvida, a única saída para o país é desenvolver o mercado interno. De que maneira? Desenvolvendo o meio rural e distribuindo terra, crédito e assistência técnica como uma das formas de as pessoas não virem todas para os grandes centros urbanos”, disse.

A crise econômica, segundo o presidente do Incra, deve intensificar a luta pela terra: “No Brasil, os interesses pela terra aumentam muito e, na minha opinião, isso vai continuar. O grande desafio que temos no Incra é saber quais valores públicos devemos percorrer, devemos buscar. No nosso entendimento, o acesso à terra é um deles. A viabilização dos assentamentos rurais é outro. Apesar de todas as adversidades que encontramos na legislação e no Poder Judiciário, nós vamos percorrer esse caminho, sempre tendo presente que nosso principal objetivo é a mudança do modelo de agricultura em nosso país”.

Essa mudança passa pelo combate ao modelo erigido pelo agronegócio: “Uma das metas centrais da reforma agrária hoje no Brasil é conseguir implantar nos assentamentos novos modelos de agricultura que não sejam baseados na monocultura, no veneno, na produção de alimentos sujos, na destruição do meio ambiente e na concentração da terra. Acho que esse pode ser uma luta que nos una na Reaf, tanto do ponto de vista governamental quanto do ponto de vista dos movimentos sociais”, disse Hackbart.

A Reaf, no que depender da vontade do governo brasileiro, será o pólo irradiador do fortalecimento de um modelo baseado na agricultura familiar em todo o continente: “Estamos discutindo o acesso à terra, a adoção de políticas públicas para as mulheres e o gerenciamento de risco para a agricultura familiar. Acho esta última discussão muito importante, já que este modelo do agronegócio é dominante. Neste momento, e enquanto ele não for mudado, devemos pensar em como garantir segurança para a produção da agricultura familiar e da reforma agrária”, disse o presidente do Incra.

**Pontos em comum** - Rolf Hackbart disse que os pontos em comum entre os países latino-americanos, sobretudo aqueles que integram o Mercosul, são grandes: “As situações são muito parecidas em termos de legislação, mas, principalmente, do ponto de vista econômico. É o mesmo modelo de agricultura que concentra a propriedade, que expulsa o trabalhador da terra, que produz com veneno. É isso que nós precisamos mudar. É preciso garantir renda para a produção de alimentos limpos e garantir o acesso à terra. Essa é a principal função do Incra”, disse.

Hackbart fez um balanço positivo da trajetória da Reaf, que se reuniu pela primeira vez em 2004: “A principal evolução até aqui é o fortalecimento dos movimentos sociais, o que não é uma coisa fácil. Os movimentos estão se falando, estão se reunindo entre países há décadas para identificar pontos em comum. Aos poucos, os governos progressistas da América Latina começam a trocar experiências e a fechar

convênios numa mesma linha de fortalecimento da organização social e de mudança do modelo agrícola”.

**Dois seminários** - Na segunda-feira (24) foram realizados os dois primeiros seminários previstos na X Reaf. Um deles teve o tema “Função Social da Terra – Concentração, Estrangeirização e Uso da Terra”, e reuniu à mesa de debates representantes de Brasil, Paraguai, Uruguai e Chile. O outro seminário teve como tema “Gestão de Risco no Contexto da Segurança Alimentar e o Desafio das Mudanças Climáticas”, e, em seus debates, contou também com a participação de um representante mexicano.

Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Adoniram Sanches afirmou que os pequenos agricultores, que respondem por 60% da produção dos alimentos consumidos na América do Sul, são os mais vulneráveis às mudanças climáticas: “É importante que haja um conjunto de políticas de seguro agrícola para que o agricultor atingido por esses eventos possa se precaver e evitar prejuízos a sua produção”, disse.

#### **Plano Amazônia prevê doar lotes – Estado de São Paulo – Nacional – 26/11/2008**

O plano do governo para regularização fundiária da Amazônia prevê a doação dos lotes de até 400 hectares aos atuais ocupantes, disse ontem o ministro Mangabeira Unger, coordenador do Plano Amazônia. De 401 a 1.500 ha, as áreas terão a regularização acelerada; de 1.501 a 2.500 ha, o governo tentará agilizar as regras de licitação; e, de 2.501 hectares para cima, abrirá caminho para a retomada de terras griladas.

#### **Sem Terra lutam por desapropriação há 11 anos em MG – Sítio Eletrônico do MST – 26/11/2008**

Os trabalhadores Sem Terra acampados nas terras da antiga usina Ariadinópolis, no município de Campo do Meio, em Minas Gerais, vivem há 11 anos uma grande injustiça. Desde 1997, o MST organiza as famílias da região para reevindicar a Reforma Agrária nas terras que até então estavam abandonadas.

Acampados e produzindo desde então, as famílias já foram vítimas de cinco reintegrações de posse, mas mesmo com toda a truculência do aparato repressor do estado, não arredaram das terras e continuaram produzindo alimentos, reproduzindo a vida através de práticas agroecológicas, da educação do campo e da solidariedade Sem Terra .

Neste mês de novembro, pela sexta vez, o poder judiciário concedeu uma liminar de despejo. Os trabalhadores estão aterrorizados, pois não têm para onde ir e estão prestes a perder tudo o que plantaram nestes 11 anos de luta.

São 280 famílias acampadas e produzindo nos mais de seis mil hectares de terras antes improdutivas. A usina Ariadinópolis é um símbolo de uma estrutura agrária

atrasada que excluiu milhões de camponeses ao longo da história do Brasil. As dívidas da usina com a união ultrapassam os R\$ 180 milhões, o que a obrigou a abrir falência em 1993.

Em nota, a direção do MST na região garante que "não arredaremos um passo da decisão de destinar essas terras da burguesia agrária para a produção de alimentos e de vida. Lutaremos contra mais essa liminar de despejo e se mesmo assim formos expulsos, voltaremos pela sexta vez, pela sétima e oitava se forem necessárias, até que se faça valer a lei e que a reforma agrária saia do papel e seja implementada nas antigas terras da Ariadinópolis."

### **Assentados realizam festa da Reforma Agrária no Paraná – Sítio Eletrônico do MST – 26/11/2008**

Cerca de 100 famílias do MST que vivem no assentamento Dorcelina Folador, no município de Araongas, região Norte do Paraná, realizam neste sábado (29/11), a Festa da Reforma Agrária.

A comemoração que contará com a presença de aproximadamente 800 pessoas, entre autoridades e assentados, terá início às 10h, com ato de abertura e inauguração da agroindústria de derivados de cana-de-açúcar, e das atividades de Gado Leiteiro no Centro Comunitário do Assentamento.

Esta atividade é parte do encontro de Agroecologia e Resistência da Cultura Camponesa na Reforma Agrária, que acontece nos dias 27 e 28 de novembro no assentamento, e contará com debates sobre agroecologia e produção sustentável, além de oficinas e trocas de experiências em torno de práticas de cooperação agrícola e agroindústrias.

O Assentamento Dorcelina Folador está localizado na antiga Fazenda São Carlos, de 756 hectares, que se encontrava penhorada no Banco do Brasil em garantia de dívidas, e foi ocupada pelo MST no ano 2000.

As 94 famílias assentadas produzem no local vários tipos de uvas, hortaliças, batata-doce, feijão e milho, além de manter programas de piscicultura e sericultura (bicho-da-seda). Cada família tem em média seis hectares de terra, onde são produzidos os alimentos para o auto-sustento e o abastecimento do mercado local.

O Assentamento Dorcelina Folador é famoso pela grande produção de feijão. Em junho de 2003, os assentados receberam centenas de visitantes para a Festa da Colheita do Feijão. Na época, uma parceria entre as famílias e o programa Ação da Cidadania Contra a Fome, idealizado por Herbert de Souza, o "Betinho", possibilitou o plantio de 25 hectares de feijão, produzindo em torno de 1.000 sacas de 60kg, destinado para o consumo das famílias assentadas, ao Fundo Herbert de Souza Brasil Sem Fome, e o restante comercializado ao Programa Fome Zero.

## **Movimentos sociais entregam carta ao governo Lula – Sítio Eletrônico do MST – 26/11/2008**

Mais de 50 movimentos sociais, centrais sindicais, organizações de estudantes e entidades da sociedade civil assinam documento com propostas para o governo federal diante da crise econômica mundial, que será apresentado em reunião com ministros de Estado, na tarde desta quarta-feira (26/11), no Palácio do Planalto, em Brasília.

Participam da reunião a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; o ministro da Fazenda, Guido Mantega e o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Luiz Dulci. O presidente Lula, que estaria presente, mudou a agenda e visita áreas alagadas de Santa Catarina.

"O conjunto dessas propostas se insere no espírito geral de que devemos aproveitar a brecha da crise para mudar a política macroeconômica de natureza neoliberal e construir um novo modelo de desenvolvimento nacional, baseado em outros parâmetros, sobretudo na distribuição de renda, na geração de emprego e no fortalecimento do mercado interno", afirmam as entidades no documento.

"Nossa preocupação fundamental é aproveitar para que, nessa mudança, logrem-se medidas concretas que visem melhorar as condições de vida de nosso povo, garantindo os direitos à educação pública, gratuita, democrática e de qualidade em todos níveis, à moradia digna, ao acesso à cultura e às reformas urbana e agrária. Infelizmente, a maioria do nosso povo não tem acesso a esses direitos básicos".

A seguir, leia a na íntegra:

### **CARTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS APRESENTADA EM REUNIÃO COM GOVERNO FEDERAL**

Cumprimentamos o Governo Federal pela iniciativa de ouvir os movimentos sociais e sindicais, populares, pastorais sociais e entidades que atuamos organizando nosso povo, diante do grave quadro de crise que já se faz sentir, e que - tudo leva a crer - se aprofundará sobre nossa economia, nossa sociedade e em especial sobre o povo brasileiro.

Queremos aproveitar essa oportunidade para manifestar nossas propostas concretas que o Governo Federal deve tomar para preservar, sobretudo, os interesses do povo, e não apenas das empresas e do lucro do capital.

O conjunto dessas propostas se insere no espírito geral, de que devemos aproveitar a brecha da crise para mudar a política macroeconômica de natureza neoliberal, e ir construindo um novo modelo de desenvolvimento nacional, baseado em outros parâmetros, sobretudo na distribuição de renda, na geração de emprego e no fortalecimento do mercado interno.

Nossa preocupação fundamental é aproveitar para que nessa mudança se logrem medidas concretas que visem melhorar as condições de vida de nosso povo, garantindo os direitos à educação pública, gratuita, democrática e de qualidade em todos níveis, à moradia digna, ao acesso à cultura e às reformas urbana e agrária.

Infelizmente, a maioria do nosso povo não tem acesso a esses direitos básicos. Sabemos que poderosos interesses dos capitalistas locais, das empresas transnacionais e, sobretudo do sistema financeiro, concentra cada vez mais riqueza, renda, e impedem que nosso povo usufrua da riqueza por ele produzida.

Já estamos cansados de tanta dominação capitalista, e agora assistimos às crises financeiras e à ofensiva dos interesses do império que controla as riquezas naturais, minerais, a água, as sementes, o petróleo, a energia e o resultado de nosso trabalho.

Diante disso, queremos apresentar-lhe algumas propostas concretas para que possamos resolver, de fato, os problemas do povo, e impedir que de novo as grandes empresas transnacionais e os bancos transfiram para o povo o custo da crise:

Propostas de articulações internacionais:

1. Defendemos como resposta à crise o fortalecimento da estratégia de integração regional, que se materializa a partir dos mecanismos como: MERCOSUL, UNASUL e ALBA.

2. Apoiamos medidas como a substituição do dólar nas transações comerciais por moedas locais, como recentemente fizeram Brasil e Argentina, e sugerimos que esta medida deva ser adotada pelo conjunto dos países da América Latina.

3. Defendemos a consolidação o mais rápido possível do BANCO DO SUL, como um agente que promova o desenvolvimento regional e que auxilie o crescimento do mercado interno entre os países da América Latina e como um mecanismo de controle de nossas reservas, para impedir a especulação dos bancos, do FMI, e dos interesses do capital dos Estados Unidos.

4. Nós afirmamos que a atual crise econômica e financeira é de responsabilidade dos países centrais e dos organismos dirigidos por eles, como a OMC, o Banco Mundial e o FMI. Defendemos uma nova ordem internacional, que respeite a soberania dos povos e nações.

5. Pedimos vosso empenho e compromisso pela retirada imediata de todas as forças estrangeiras do Haiti. Nenhum país da América Latina deve ter bases e presença militar estrangeira. Propomos, em seu lugar, a constituição de um fundo internacional solidário para reconstrução econômica e social daquele país. Apresentamos também nossa oposição à reativação da Quarta Frota da Marinha de Guerra dos Estados Unidos em águas da América Latina.

**PROPOSTAS DE POLITICAS INTERNAS**

1. Controlar e reduzir imediatamente as taxas de juros.

2. Impor um rigoroso controle da movimentação do capital financeiro especulativo, instituindo quarentenas e impedindo o livre circular, penalizando com elevados impostos suas ganâncias.

3. Defendemos que todos os governos devem utilizar as riquezas naturais, da energia, do petróleo, dos minérios, para criar fundos solidários para investir na solução definitiva dos problemas do povo, como direito ao emprego, educação, terra e moradia. Para isso, o governo brasileiro precisa cancelar imediatamente o novo leilão do petróleo, marcado para dia 18 de dezembro.

4. O governo federal deve revisar a política de manutenção do superávit primário, que é uma velha e desgastada orientação do FMI - um dos responsáveis pela crise econômica internacional. E devemos usar os recursos do superávit primário para fazer volumosos investimentos governamentais, na construção de transporte público e de moradias populares para a baixa renda, dando assim uma grande valorização à reforma urbana e agrária, incentivando a produção de alimentos pela agricultura familiar e camponesa. É preciso investimentos maciços, na construção de escolas, contratação de professores para universalizar o acesso à educação de nossos jovens, em todos os níveis, em escolas públicas, gratuitas e de qualidade.

5. Defendemos que o governo estabeleça metas para a abertura de novos postos de empregos, a partir de um amplo programa de incentivo à geração de empregos formais, em especial entre os jovens. Reajustar imediatamente o salário mínimo e os benefícios da previdência social, como principal forma de distribuição de renda entre os mais pobres.

6. Controlar os preços dos produtos agrícolas pagos aos pequenos agricultores, implantando um massivo programa de garantia de compra de alimentos, através da CONAB. Hoje, as empresas transnacionais que controlam o comércio agrícola estão penalizando os agricultores, reduzindo em 30%, em média os preços pagos do leite, do milho, dos suínos e das aves. Mas, no supermercado, o preço continua subindo.

7. Revogar a Lei Kandir e voltar a ter imposto sobre as exportações de matérias primas agrícolas e minerais, para que a população não seja mais penalizada, para estimular sua exportação.

8. O governo federal não pode usar dinheiro público para subsidiar e ajudar a salvar os bancos e empresas especuladoras, que sempre ganharam muito dinheiro e agora, na crise querem transferir seu ônus para toda sociedade. Quem sempre defendeu o mercado como seu "deus-regulador", agora que assuma as conseqüências dele. Nesse sentido os bancos públicos (BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) deveriam estar orientados não para socorrer o grande capital e sim para o benefício de todos os povos.

9. Reduzir a jornada de trabalho, em todo o país e em todos os setores, sem redução de salário, como uma das formas de aumentar as vagas. E penalizar duramente as empresas que estão demitindo.

10. A mídia permanece concentrada nas mãos de poucos grupos econômicos. Este quadro reforça a difusão de um pensamento único que privilegia o lucro em detrimento das pessoas e exclui a visão dos segmentos sociais e de suas organizações do debate público. Para reverter esta situação e colocar a mídia a serviço da sociedade, é preciso ampliar o controle da população sobre as concessões de rádio e TV, fortalecer a comunicação pública e garantir condições para o funcionamento das rádios comunitárias, acabando com a repressão sobre elas. Por tudo isso, é urgente que o governo federal convoque a Conferência Nacional de Comunicação.

11. Para garantir os territórios e a integridade física e cultural dos povos indígenas e quilombolas como determina a Constituição, o Governo Federal deve continuar demarcando as terras e efetivando a desintração desses territórios em todo o país, sem ceder às crescentes pressões dos setores antiindígenas – tanto políticos, como econômicos. Na luta por seus direitos territoriais, os povos indígenas e quilombolas têm enfrentado a violência e a discriminação cada vez mais forte em todo o país. Chamamos especial atenção, nesse momento, para a urgência de se demarcar as terras tradicionais do povo indígena Guarani Kaiowá que vive no Mato Grosso do Sul. Atualmente, eles estão confinados em ínfimas porções de terra e, principalmente por causa disso, há um alto índice de suicídios entre o povo.

12. Realizar a auditoria integral da dívida pública para lançar as bases técnicas e jurídicas para a renegociação soberana do seu montante e do seu pagamento, considerando as dívidas histórica, social e ambiental das quais o povo trabalhador é credor.

13. Defendemos uma reforma política que amplie os espaços de participação do povo nas decisões políticas. Uma reforma não apenas eleitoral, mas que amplie os instrumentos de democracia direta e participativa.

14. Em tempos de crise, há uma investida predatória sobre os recursos naturais como forma de acumulação fácil e rápida, por isso não podemos aceitar as propostas irresponsáveis de mudanças na legislação ambiental por parte dos representantes do agronegócio, que pretende reduzir as áreas de reservas legais na Amazônia e as áreas de encosta, topo de morros e várzeas no que resta da Mata Atlântica. Propomos a criação de uma política de preservação e recuperação dos biomas brasileiros.

15. Contra a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. Pelo fim da violência e pelo livre direito de manifestação dos que lutam em defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais dos povos.

Esperamos que o governo ajude a desencadear um amplo processo de debate na sociedade, em todos os segmentos sociais, para que o povo brasileiro perceba a gravidade da crise, se mobilize e lute por mudanças.

Atenciosamente,

**Via Campesina**

**Assembléia Popular – AP**

**Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS**

**Grito dos Excluídos Continental**

**Grito dos Excluídos Brasil**

**Associação Nacional de Ong's – ABONG**

**Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**

**Central Única dos Trabalhadores – CUT**

**União Nacional dos Estudantes – UNE**

**Marcha Mundial de Mulheres – MMM**

**Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB**

**Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB**

**Central de Movimentos Populares – CMP**

**Associação Brasileira de Imprensa – ABI**

**Confederação das Associações das Associações de Moradores – CONAM**

**Caritas Brasileira**

**CNBB/Pastorais Sociais**

**Comissão Pastoral da Terra – CPT**

**Conselho Indigenista Missionário – CIMI**

**Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA**

**Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB**

**Movimento das Mulheres Camponesas – MMC**

**União Brasileira de Mulheres – UBM**

**Coordenação Nacional de Entidades Negras – CONEN**

**Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD**

**Movimento Trabalhadores Sem Teto – MTST**

**União Nacional Moradia Popular – UNMP**

**Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM**

**Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM**

**Ação Cidadania**

**Conselho Brasileiro de Solidariedade com Povos que Lutam pela Paz –**

**CEBRAPAZ**

**Associação Brasileira de Rádios Comunitárias – ABRAÇO**

**Coletivo Brasil de Comunicação – INTERVOZES**

**Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais**

**Jubileu Sul Brasil**

**Movimento pela Libertação dos Sem Terras – MLST**

**União Estudantes Secundaristas – UBES**

**União Juventude Socialista – UJS**

**Evangélicos pela Justiça – EPJ**

**União nacional de Entidades Negras – UNEGRO**

**Federação Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB**

**Pastoral da Juventude do Meio Rural – PJR**

**Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal – ABEEF**  
**Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD**  
**Confederação Nacional Trabalhadores Entidades de Ensino – CONTEE**  
**Confederação Nacional Trabalhadores da Educação – CNTE**  
**Confederação Nacional do Ramo Químico – CNQ/CUT**  
**Federação Única dos Petroleiros – FUP**  
**Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas – SINTAP/CUT**  
**Associação Nacional de Pós-graduandos – ANPG**  
**Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT**  
**Movimento Camponês Popular – MCP**  
**Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB**  
**Conselho Indigenista de Roraima – CIR**  
**Federação Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul**  
**Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade**  
**Instituto Nacional Estudos Sócio-econômicos - INESC**

**Movimentos sociais criticam modelo agroexportador** – Sítio Eletrônico da Contag - 27/11/2008

Atualmente 70% da matriz produtora de biocombustível no Brasil é representada pelo cultivo da soja predominante nas grandes propriedades rurais. A avaliação do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Arthur Henrique, é de que esse tipo de produção reforça o modelo agroexportador previsto no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

"A CUT e a Contag defendem que o governo brasileiro retome o projeto original de biodiesel, que tinha o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, principalmente nas regiões Norte e Nordeste onde necessitam de investimentos", explica Arthur Henrique.

A alteração no atual modelo de produção de biocombustível no Brasil foi uma das críticas feitas por representantes de diversos países e entidades sociais, incluindo a Contag. O assunto foi debatido amplamente no seminário internacional "Agrocombustíveis como Obstáculo à Construção da Soberania Alimentar e Energética", durante encontro paralelo à Conferência Internacional sobre Biocombustíveis realizada este mês em São Paulo.

A Confederação foi representada no evento pelos diretores Alberto Broch, secretário de Relações Internacionais e vice-presidente da entidade; Antoninho Rovaris, secretário de Política Agrícola da Contag; Antônio Lucas, secretário de Assalariados e Assalariadas e Carmen Foro, coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras da Contag e vice-presidente da CUT.

Na conferência, foi entregue ao governo federal um documento criticando o atual modelo de exploração energética da cana-de-açúcar, voltado para exportação sem levar em conta os impactos sociais, como as péssimas condições de trabalho que afetam milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais em todo País no setor canavieiro.



O secretário de Assalariados e Assalariadas da Contag, Antônio Lucas, afirma que "esse modelo precariza as relações de trabalho no campo, além de não incluir o desenvolvimento da agricultura familiar, que é tão importante na produção de alimentos e é um setor estratégico."

O coordenador do Programa de Direito à Segurança Alimentar da ONG ActionAid, Celso Marcatto, diz que o zoneamento agroecológico não leva em conta os avanços de outras atividades econômicas, como a pecuária e soja. "O que nós estamos questionando é que não existe terra livre para expansão da cana-de-açúcar e de agrocombustíveis. Nota-se a invasão do gado, a expansão da soja na Amazônia, causando destruição na floresta Amazônica. Isso acontecerá no Brasil e em outros países".

### **Ministros se reúnem com movimentos sociais – Sítio Eletrônico da CPT – 27/11/2008**

Representantes de diversos movimentos sociais foram recebidos pelos ministros do governo federal no dia 26 de novembro, em Brasília. O "Encontro com Movimentos Sociais" tinha o objetivo de avaliar os avanços sociais e a situação econômica do país durante o governo Lula. Após apresentar as ações do governo no campo econômico e social, os ministros ouviram as preocupações e propostas dos movimentos para o país, citadas em uma [carta](#) entregue por eles na ocasião. O coordenador nacional da CPT, Pe. Dirceu Fumagalli esteve presente em parte do evento. O presidente Lula não compareceu ao encontro porque estava em Santa Catarina sobrevoando as áreas atingidas por enchentes.

### **Movimentos sociais lançam Dilma em ato no Planalto – Eduardo Scolese e Simone Iglesias – Folha de São Paulo – Nacional – 27/11/2008**

Diante de um salão do Palácio do Planalto superlotado, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) foi ontem saudada duas vezes por integrantes de movimentos sociais como candidata à sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Dilma, petista e preferida de Lula para a corrida eleitoral de 2010, reagiu com sorrisos às saudações seguidas por aplausos e gritos de seu nome.

As duas saudações à candidatura da ministra ocorreram por meio do microfone do principal salão de eventos do Planalto, ontem tomado por cerca de 500 pessoas, a maioria representantes de movimentos sociais, entidades estudantis e centrais sindicais. Explícita, a primeira declaração eleitoral veio de uma integrante do movimento negro.

Cleide Ilda de Lima, 46, filiada ao PT de Belo Horizonte, falou em nome do Conen (Coordenação Nacional de Entidades Negras). "Acreditamos que esse governo tem cumprido o que veio realizar. Nós acreditamos que ele precisa dar conta de sair de 2010 elegendo a nossa sucessora, a nossa candidata Dilma Rousseff a presidente", disse Cleide, para aplausos.

"Queremos elegê-la para dar continuidade aos programas que o Lula construiu nesses oito anos", completou, já sob os gritos de "Dilma, Dilma, Dilma". "Desculpe, mas já estamos em campanha", finalizou Cleide. Ao lado dos colegas Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência) e Guido Mantega (Fazenda), a ministra da Casa Civil sorriu diante da cena.

**Segunda saudação** - A segunda saudação eleitoral veio logo a seguir. Também partiu de um petista de Minas Gerais, onde nasceu a ministra. Ao saudar os presentes, Saulo Manoel da Silveira, da Central dos Movimentos Populares, referiu-se à Dilma como "nossa futura presidente". Mais uma vez vieram aplausos e gritos.

Após o evento, numa rápida e tumultuada entrevista entre o salão de eventos e o elevador, Dilma disse que esse tipo de manifestação no Planalto "às vezes ocorre", mas "não é protocolar". "Agora a gente não controla", afirmou.

O evento, que não contou com a presença de Lula por conta de sua visita de última hora a Santa Catarina, durou pouco mais de quatro horas.

#### **MST denuncia na OEA a repressão aos movimentos no RS – Sítio Eletrônico do MST – 27/11/2008**

O MST e a organização não-governamental Justiça Global denunciaram a violência e a perseguição cometidas contra movimentos sociais gaúchos na CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) da OEA (Organização dos Estados Americanos).

As organizações entregaram um documento em que consta relatos da ação truculenta da Brigada Militar e da perseguição política do Ministério Público Estadual (MPE) e do Poder Judiciário contra os movimentos sociais, especialmente o MST no Rio Grande do Sul.

Entre as provas, está a ata do Conselho Superior do MPE que determina diversas medidas para neutralizar as ações do MST, "congela" quatro áreas em que estão acampamentos sem terra e até mesmo pede a extinção da organização e a intervenção em escolas. O MST e a Justiça Global também denunciam que há uma atuação conjunta do Ministério Público e da Brigada Militar, para a qual fica a tarefa de fichamento e de cadastro dos trabalhadores acampados e assentados.

O relatório traz a Nota da Instrução Operacional nº6, documento interno entregue a todos os comandos regionais da corporação que uniformiza a ação da Brigada Militar contra os movimentos sociais, entre eles o MST.

A instrução determina que os policiais façam o cadastro e o fichamento de integrantes movimentos policiais urbanos e rurais. Baseado nesta ordem interna, a Brigada já tem uma relação de 500 nomes de integrantes e lideranças do MST que vem tendo suas ações monitoradas, o que segundo o relatório "configura flagrante violação ao direito à privacidade, ao exercício da liberdade de associação, circulação e liberdade de expressão".

O relatório ainda contextualiza que a repressão aos movimentos sociais no RS, por meio dessas ações ilegais, coincide com o início da gestão da governadora Yeda

Crusius (PSDB) em 2007 e, principalmente, com a posse do coronel Paulo Mendes como comandante-geral da Brigada Militar.

O integrante do setor de Direitos Humanos do MST, Edson Borba, espera que estas denúncias sejam investigadas a fundo e que encaminhamentos concretos brotem desta ação. "Práticas como estas realizadas por estes órgãos do Estado gaúcho caracterizam uma declaração de Estado de Excessão permanente, o que não só inviabiliza, mas assassina a democracia em nome do interesse de alguns poucos grupos socioeconomicamente alinhados", argumenta.

**Alternativas** - O relatório do MST e da Justiça Global descreve também à OEA as sugestões do CDDPH (Conselho de Defesa da Pessoa Humana), ligada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República para acabar com os conflitos e a perseguição política no RS.

Depois de uma investigação dos conflitos no estado, o órgão sugeriu diversas medidas, como a criação de um Conselho Estadual de Direitos Humanos, de uma Comissão Estadual de Mediação de Conflitos Agrários pelo MP e PRDC (Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão) e a revogação da Instrução Operacional nº6 da Brigada Militar.

Recentemente, o Ministério Público gaúcho negou o pedido de inconstitucionalidade da determinação policial pelo CDDPH.

#### **Incra prepara despejo de assentados em MS – Estado de São Paulo – Nacional – 28/11/2008**

Quase a metade das cerca de 31 mil famílias assentadas pelo Incra em Mato Grosso do Sul pode ser despejada, por ocupação irregular. O superintendente do Incra-MS, Flodoaldo Alves de Alencar, disse não saber o número exato dos que podem ser despejados. "São muitas famílias nessa condição, mas nem todas serão levadas ao Judiciário para desocupar os lotes, somente as que ofereçam resistência aos convites para deixar o local." Segundo ele, a maioria comprou o lote do titular e até de segunda revenda, o que é proibido por lei. Ele disse que em todos os 164 assentamentos no Estado há casos de ocupação irregular.

#### **Protestos do MST interditam cinco rodovias – Folha de São Paulo – Brasil – 28/11/2008**

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) bloqueou ontem trechos de cinco rodovias na Paraíba. O movimento pede maior agilidade no processo de assentamento de 2.300 famílias acampadas no Estado. "O Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] assentou menos família do que prometeu", disse Neto Barbosa, da direção estadual do MST.

O Incra informou, via assessoria de imprensa, que metas de assentamentos não foram discutidas. Os bloqueios duraram das 8h às 14h de ontem. Foram interrompidos somente após o término de uma reunião na sede do Incra, em João Pessoa.

## **Recém-assentados recebem crédito para iniciar produção** – Sítio Eletrônico do MDA – 28/11/2008

Duzentas e setenta e cinco famílias assentadas este ano pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nos projetos de assentamento (PA) Jequitibá e Flor do Amazonas I, II e III, em Candeias do Jamari (RO), começam a receber o crédito instalação disponibilizado pela autarquia.

Na modalidade apoio, esse primeiro recurso, no valor de 2,4 mil reais por família, é voltado para assegurar a alimentação dos assentados e apoiar o início da produção nos lotes.

Para detectar as famílias já homologadas na Relação de Beneficiários (RB) e aptas a receber o benefício, técnicos do órgão realizaram, ainda neste mês, vistorias nos dois PAs. Segundo a analista Patrícia da Silva Santos, a recepção à novidade foi ótima. “Para eles é muito bom, as pessoas ficam muito satisfeitas em saber que serão beneficiadas”, relata.

Até dezembro, o recurso estará liberado e as famílias beneficiadas também devem receber a documentação do lote (Contrato de Concessão de Uso). Já para o próximo ano, estão programadas construção de estradas e disponibilização do crédito habitação, destinado à compra de material para erguer moradias. Todas as ações fazem parte do intuito do Incra de apoiar o desenvolvimento dos assentamentos, não somente criando-os, mas também fornecendo subsídios para os primeiros passos dos agricultores familiares.

## **CUT lidera lobby no governo, diz pesquisa** – Andréa Michael – Folha de São Paulo – Brasil – 30/11/2008

Pesquisa feita com 60 integrantes da administração pública com poder de decisão -chefes-de-gabinete, secretários nacionais, secretários-executivos de ministérios, dirigentes de agências reguladoras- revelou que, de 149 entidades integrantes de conselhos de políticas públicas do governo, a campeã do lobby no Executivo nos últimos cinco anos é a Central Única dos Trabalhadores.

Com 30 visitas a gabinetes da administração, a CUT encabeça a lista de 38 entidades que praticaram o lobby mais de dez vezes no período e tiveram suas visitas às repartições documentadas. Em segundo lugar, com 25 visitas, está a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), seguida pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), com 24 reuniões.

A pesquisa faz parte da tese de doutorado de Luiz Alberto dos Santos, subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil, na qual ele compara o lobby no Brasil e nos EUA. Ele diz que "33 entidades, que mantiveram mais de 10 contatos no últimos cinco anos, são responsáveis por quase a metade dos contatos totais. E, se considerarmos as entidades mais atuantes -que mantiveram mais de 15

contatos-, teremos que um grupo de 13 entidades foi responsável por 235 contatos, ou seja, 8,7% das entidades consideradas responderam por 23,2% dos contatos".

Os dados da pesquisa de Santos foram apresentados num seminário sobre a regulamentação do lobby promovido pela Controladoria Geral da União, responsável por propor uma regulamentação da atividade. A pesquisa também abrangeu o lobby no Congresso -60 parlamentares responderam. Ela revelou que tanto os parlamentares como os administradores têm forte presença de filiados às entidades lobistas (72,09% entre os gestores efetivos, 71,9% entre os deputados, 66,7% entre os senadores). Dos parlamentares, 39,66% admitiram ter atuado para "transformar em proposição legislativa" matéria de interesse da entidade. Dos 120 pesquisados, 119 são favoráveis à regulamentação do lobby no país.

### **Para entidades, relação com o governo é natural – Folha de São Paulo – Brasil – 30/11/2008**

O presidente da Central Única dos Trabalhadores, Arthur Henrique Santos, vê com naturalidade o fato de a entidade encabeçar a lista das campeãs do lobby na administração pública federal. Diz que isso é consequência da representatividade da CUT, que representa 85% das entidades de servidores públicos no Brasil. "Sem essa relação com o poder público não teríamos espaço para defender os interesses dos trabalhadores da área pública e privada que representamos", disse ele, que defende a regulamentação da atividade de lobby.

Como porta-voz da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Paulo Viveiros disse que a atuação da entidade é transparente e baseada em estudos técnicos.

Diretor-executivo da Confederação Nacional da Indústria, José Augusto Fernandes diz que a presença de membro da entidade na interlocução com a administração pública resulta de um programa de ação que busca sensibilizar o governo para o desenvolvimento do setor.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio

